

O Feminismo Negro como estratégia para assunção de direitos as Mulheres Pretas e Periféricas

Rosangela Aparecida Hilário¹

40

“A invisibilização e silenciamento do pensamento negro tem consistido numa das formas mais eficazes para a permanência e reprodução da alienação cultural e postergamento da emergência e florescimento do pensamento crítico negro.

Sueli Carneiro

RESUMO

O artigo objetiva apresentar argumentos em favor do desenvolvimento da epistemologia das pretas periféricas na organização do pensamento feminista preto, em reorganização do conceito do movimento para contemplar feminilidades e minorias, cujas pautas são desconsideradas pelo movimento feminista. Para tanto, utiliza-se dos conceitos e estudos desenvolvidos principalmente, mas não exclusivamente, por Beatriz Nascimento (1976, 2018), Lélia Gonzales (1976, 2016) e Sueli Carneiro (2019) com ecos nos estudos e conceitos criados a partir do Matriarcado Africano. O texto foi produzido a partir da hipótese desenvolvida durante os Seminários de Estudo do Grupo Ativista Audre Lorde segundo a qual as mulheres pretas e periféricas desenvolvem estratégias para resistir a invisibilidade, ausências, silenciamento e racismo do Estado Brasileira que devem ser apropriados, traduzidos e apresentados a Academia como sementes de um pensamento estruturalmente construído e sólido no combate ao machismo, sexismo e preconceito contra as “minorias”. As considerações sobre esta teoria do conhecimento periférica foram apresentadas em forma de provocações para não encerrar o debate e se traduzem em assertiva: as mulheres pretas, pobres e periféricas não serão interrompidas, silenciadas ou vilipendiadas sem resistência.

Palavras-chave: Feminismo Negro; Mulher Preta; Epistemologias Pretas; Racismo; Preconceito

RÉSUMÉ

L'article vise à présenter des arguments en faveur du développement de l'épistémologie noire dans l'organisation de la pensée féministe noire, dans la réorganisation du concept de mouvement pour considérer les femmes et les minorités, dont le mouvement féministe ne tient pas compte. À cette fin, il utilise les concepts et les études développés principalement, mais pas exclusivement, par Beatriz Nascimento (1976, 2018), Lélia Gonzales (1976, 2016) et Sueli Carneiro (2019), en faisant écho aux études et aux concepts créés à partir de la matriarcate africaine. Le texte a été élaboré à partir de l'hypothèse développée lors des séminaires d'étude du groupe d'activistes Audre Lorde selon laquelle les femmes noires et périphériques développent des stratégies pour résister à l'invisibilité, aux absences, aux silences et au racisme de l'État brésilien qui

¹ Doutora e Pós-Doutora em Educação/FEUSP. Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia.

doivent être appropriées, traduites et présentées. l'Académie en tant que germes d'une pensée structurellement construite et solide dans la lutte contre le machisme, le sexisme et les préjugés contre les "minorités". Les considérations sur cette théorie de la connaissance périphérique ont été présentées sous la forme de provocations pour ne pas clore le débat et se traduire en affirmation: les femmes noires, pauvres et périphériques ne seront ni interrompues, ni réduites au silence, ni dénigrées sans résistance.

Mots-clés: féminisme noir; Femme noire; Épistémologies noires; Le racisme; Préjugés

Traduzir em poucas palavras uma intenção de ação não é tarefa que se configura fácil, sobretudo, quando se trata de articular a produção teórica a uma ação prática, da militância em favor do empoderamento de mulheres, tendo o recorte teórico orientado a partir da ação de mulheres pretas pioneiras na ruptura da barreira da invisibilidade acadêmica das pautas periféricas, organizando-se em torno de constituições epistemológicas que buscam articular a produção de um conhecimento vital para além dos muros das Universidades: como ponto focal da resistência para existir. As feministas pretas pioneiras pautaram sua produção a partir de temas urgentes vivenciados a partir de suas vivências de mulheres pretas e periféricas.

Com representação nos conceitos do Matriarcado Africano, cuja liderança, as decisões e hereditariedade eram decisões femininas, por sua presença e pertencimento aos espaços, considerando as ausências masculinas em função de fatores vários na África, e por fatores de espaço ocupado na cadeia de opressão pela mulher preta brasileira, Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro debateram no período mais duro da ditadura militar a existência de uma epistemologia das mulheres pretas e periféricas e alertaram para o fato da necessidade da Academia se curvar a este conhecimento para impulsionar desenvolvimento social para todos e todas. Cabe as novas gerações, com urgência, fazer deste legado instrumento para tocar a outras e outros para atuarem a partir de demandas nascidas e apresentadas na realidade periférica, o contexto onde estas mulheres se perceberam como protagonistas de uma história a ser ressignificada e reorganizada. Este texto é uma contribuição a provocar o interesse.

Isso posto, justifico a escrita de um texto acadêmico em primeira pessoa, primeiro com o compartilhamento de uma narrativa comum a todas as mulheres pretas: a dororidade. A dor das ausências e partidas. A dor de ser preterida. No amor, no trabalho, no baile, na dança da quadrilha de festa junina. Na vida. A dor de carregar a responsabilidade de ser forte e manter a família. De não ser suficiente. De não ser “padrão”. Padrão de quem? Quem decide? Dororidade faz parte de um glossário de

conceitos que só mulher preta pode entender. A prosa poetificada de Vilma Piedade traduz um sentimento que irmana e solidariza mulheres pretas, nos desafiando a refletir sobre o fenômeno para produzir, no mínimo, entendimento.

Dororidade, o que é? Ou o que pretende ser?

Entendo como a Dor e a nem sempre delícia de se saber ou de não se saber quem é... quem somos numa sociedade mascarada pelo mito da democracia racial...

Nossa História Importa...

Nosso Turbante Importa....

Nossa Vida Importa!

Dororidade quer falar dessas sombras.

Dessa fala silenciada, dentro e fora de nós.

Da Dor causada pelo Racismo.

E essa Dor é Preta...

Falar da ausência expressiva das Mulheres na Política e nos espaços de Poder...

Mulheres Negras então, nem se fala.

Sirvo-me do pensar poético de Vilma Piedade para justificar minha escolha de escrever em primeira pessoa: tem a ver com as “escrivivências²” de ser cientista preta em processo de desconstrução. Nem tudo que me foi ensinado no processo de formação da cientista serve as pautas que defendo e aos textos que produzo, resultados das incursões por tempos e espaços dos quais a academia não se ocupa e nem tem interesse. Produzo sobre minha identidade afroamerindia., para além da amefricanidade³ defendida por Lélia Gonzales, considerando o percurso constitutivo acontecer em um pedaço da Amazônia, lugar em que vivo, aprendo, me espanto e convivo com a faceta multifacetada da mestiçagem. O texto resultante deste caldo não poderia ser asséptico, inodoro e insípido. O texto “não fala” baixo e compassado”, como ditam as normas da metodologia científica: grita as dores de injustiças reiteradas pela ausência de políticas públicas desde 14 de maio de 1888, pelo peso de ter de ser forte desde sempre, das dores que as ausências praticam. A objetividade deste texto é a possível diante do sentido de humanidade e feminidade que a trajetória da menina trouxe e agregou a cientista preta.

Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, como descendentes de africanos, se

² Termo criado por Conceição Evaristo com intenção de explicar os escritos e produções da gene preta, sobretudo, mulheres, forjados em suas vivências e sobrevivências na busca do transbordamento que leva a felicidade.

³ Amefricanos é um termo desenvolvido por Lélia Gonzales para identificar a todos os negros da América em qualquer tempo histórico, independentemente de estar na América do Sul ou do Norte.

permanecemos prisioneiros, “cativos de uma linguagem racista”? Por isso mesmo, em contraposição aos termos supracitados, eu proponho o de americanos (“amefricans”) para designar a todos nós. As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (“Amefricanity”), são de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta. (GONZALEZ, 2019, p.348)

Isso posto, justifico também as escolhas pelo “pretoguês”: recuso-me a me identificar de acordo com as regras e semântica opressoras da linguística racista e eurocentrada: sou preta. Negra é como me definem os manuais do colonizador, a partir de sua métrica e desejo de ser/estar para cima da periferia do mundo.

Tendo justificado as escolhas e apresentado minhas credenciais, cerco-me de referências que preenchem o vazio de não ter outras como eu para dialogar nos espaços que transito, por meio da leitura de feministas acadêmicas pretas, que me antecederam na Academia e estão sendo invisibilizadas por ela: Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento. e Sueli Carneiro. Porque, muito embora a Professora Sueli Carneiro tenha uma produção forte e pulsante como epistemóloga preta, pouquíssimas produções acadêmicas (leia-se teses e dissertações) citam seus trabalhos.

A escolha se dá por terem sido temas dos Seminários de Estudos do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde, o qual tenho o privilégio de liderar. Vale reiterar que, o ativista presente no batismo do grupo, está para além da retórica: os/as estudantes utilizam as produções das feministas pretas brasileiras (e também estrangeiras) para organizar seu trabalho de produzir, apresentar e compartilhar as epistemologias negras nas periferias de nossa cidade, Porto Velho, Capital de Rondônia, em meio ao que resiste da Floresta Amazônica. Ser Mulher e Preta aqui é um exercício de resistência e resiliência: o convencional é que a falta de conhecimento sobre a identidade faça com que meninas pretas desejem embranquecer. Preferem ser pardas, “morenas”, “marrom bombom” entre outros eufemismos. Preta é quase xingamento. Estes são os textos e contextos em que resistimos cotidianamente. Pela arte da palavra e pela palavra na arte.

Feita as devidas apresentações e contextualizações, necessário explicar como está organizado o texto: ancora-se em uma perspectiva crítica sobre o feminismo preto como estratégia de combate ao racismo e o sexismo que circundam a vida e as rotinas das mulheres periféricas: na primeira parte ocupo-me de uma conversa de pretas

dialogando sobre os impactos do racismo e da ausência de políticas públicas para minimizar os efeitos perversos de uma “abolição” sem planejamento, sem acolhimento e sem humanidade. Na segunda, reporto-me as feministas pretas, referências em minha trajetória, sua importância na organização de um feminismo que contemplem todas as mulheres e para além disto, entenda a importância da união de pautas e reivindicações das “minorias” para acesso ao conhecimento e na terceira parte, teço considerações, que embora não encerrem ao debate, constituem inquietações a alimentar o bom combate contra o racismo, sexismo e preconceito que cerca a produção acadêmica brasileira.

CONVERSA DE PRETA

O racismo marcou de maneira indelével a sociedade brasileira, que durante muito tempo acreditou viver uma decantada e ideal democracia racial: as desigualdades eram escamoteadas em máximas que buscavam simplificar as complexas relações forjadas em uma política da “meritocracia”, a qual convenientemente, fez/faz o apagamento na história oficial do que representou quatrocentos anos de escravidão e silenciamento sobre todos os aspectos para sobrevivência na lavoura e na casa grande, e, mais cento e trinta e um anos de inexistência de políticas contundentes para o combate ao legado de miséria e sofrimento do povo preto.

(...) o negro tem uma história tradicional onde subsistem ainda resíduos das sociedades africanas, mas tem, também, uma cultura forjada num processo de dominação, é pernicioso e bastante difícil e que mantém o grupo no lugar onde o poder dominante acha que deve estar. Isso é o que eu chamo de “Cultura da Discriminação” (NASCIMENTO, 1976, p.04)

Se o racismo marca a fogo o homem preto em suas intenções de existir enquanto sujeito de sua história e suas escolhas, a mulher preta ele marca, desumaniza, sorve esperanças. De maneira quase cruel a menina/mulher preta é diminuída em sua identidade feminina em detrimento de um padrão que não lhe cabe, fortalecendo o primeiro passo de sua invisibilidade: nunca se vê para além dos espaços de subalternidade nas brincadeiras de criança, nos espaços domésticos, nos programas de televisão. Depois, não se reconhece em professoras, não vê outras como ela em espaços de poder e aceita o determinismo presente nas entrelinhas até mesmo dos contos de fadas: o papel de coadjuvante de sua própria vida, escada para que outras e outros atinjam seus sonhos.

Não é novidade a ninguém que a Mulher Preta sustenta a cadeia e opressão: ocupa os piores postos de trabalho, é a última a ser escolhida nas brincadeiras de

crianças, é olhada com estranhamento na escola de educação básica onde seus cabelos crespos, coroa de rainha preta (turbantes), coxas grossas e bumbum grande causam incomodo, estranhamento e, em alguns casos, o racismo traduzido em repulsa, descaso e desprezo. Os privilégios da branquitude são entendidos como “direitos” delimitados por uma “meritocracia” que beneficiou por quatrocentos anos a tortura, o vilipêndio, o saquear de riquezas, coisificação e apagamento cultural da pretitude.

A história do povo preto em geral, e suas lideranças femininas em particular, cujo legado na periferia resistiu embasado nos princípios do Matriarcado Africano e da liderança das mulheres, estão desaparecidas dos livros de história, as religiões quando derivadas das matrizes africanas são demonizadas e as características fenotípicas ridicularizadas e “animalizadas” por não caberem em um “padrão” eurocêntrico, que dada a condição mestiça do povo brasileiro, só existe no imaginário dos descendentes dos nobres corridors da Europa no Século XVI e XVII ...

Para a menina/mulher preta fica valendo a “regra” de que “certos humanos são mais humanos que outros” e, que, portanto, devem manter privilégios e naturalizar a desigualdade de direitos. Assim, o direito subjetivo ao conhecimento que permite fazer escolhas é apresentado a estas meninas como concessão de um Estado “generoso” a quem sabe reconhecer o seu lugar e que com este lugar se contenta. E qual seria este lugar? De subalterno da própria vida; um lugar espúrio, frio de sentidos e sentimentos, sempre isolado e perverso; é o lugar de coadjuvante em um destino não escolhido, não desejado e mal vivido.

Entretanto, a partir dos anos finais do século XX, algumas mulheres com a coragem parida nas injustiças sofridas por si próprias e outras antes delas, estão paulatinamente a quebrar barreiras e impor sua presença em um espaço de homens brancos que resistem em abrir mão do que consideram espaços seus, garantidos por uma regra não escrita de que homens brancos, com sobrenomes “xis” ou descendentes de “ipsolon” têm direito por DNA a se perpetuar na produção e ratificação do conhecimento socialmente reconhecido.

Nesta fonte é que este artigo se estrutura: sobre as mulheres pretas, com as mulheres pretas. Para combater a invisibilidade da mulher, sobretudo a preta, em estudos e pesquisas, é necessário radicalizar propostas e assumir postura de combate, abrindo lugar de fala, provocando a produção de conhecimento científico, dando status canônicos a temas que nos assolam, nos tocam e, também, dando a nossos sentires e querereres a expressão vital e concreta que tão cara nos é. Necessário se faz quebrar a

ausência, o silêncio cúmplice que relega temáticas importantes em nosso cotidiano a simples notas de rodapé que, quando astutas, pouco são capazes de explicar por pura intenção.

Para tanto, foi essencial retomar leituras e autoras presentes no processo de desconstrução da cientista social preta, do pensamento feminista que luta para que o privilégio de algumas se transformem em direitos para todas e para a preparação das aulas da professora que forma outras professoras, e deseja ampliar o debate da interseccionalidade para além das rodas de conversa que o ativismo pressupõe. Uma mulher precisa chegar onde quiser independente de raça e classe social. Para tanto, os direitos básicos devem ser assegurados. E quais seriam estes direitos básicos: educação que lhe garanta leitura ampliada do mundo, políticas públicas para a saúde que reconheçam as peculiaridades e diversidade das feminilidades negras, moradia, segurança para caminhar por qualquer espaço, acesso aos códigos e ritos que permitem transitar pelos espaços de poder.

O desejo é de que as palavras que produzo cheguem em qualquer espaço onde uma mulher preta, periférica e pobre prescindia delas para avançar na organização de sua identidade e alteridade de tal sorte que seja possível se ver para além das representações e fazer escolhas. Ainda que modestas.

.Mulheres como Lélia Gonzales, Helena Theodoro, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro desafiaram ao estabelecido e se propuseram a escrever uma nova versão da história, a partir do olhar das mulheres que descendentes de Acotirene, não negam a herança de coragem, altivez e alteridade no desejo de liberdade de escolha e caminhos, na luta contra a invisibilidade e a violência do racismo estrutural.

O interesse em produzir esse artigo é apresentar outras possibilidades a meninas e mulheres; tendo como inspiração a história de resistência, produção e memória destas mulheres que estiveram à frente da resistência em tempos ainda mais complexos, como foi o final dos anos de 1970 e as reconstruções trazidas pelos anos de 1980. Poder desmistificar máximas simplificadoras que colocam a população negra como carrasco de seu destino, mais ainda em se tratando das mulheres pretas.

A ideia é dar voz a outras vozes e tornar público o conhecimento que nos diz respeito, as quais os órgãos de fomento da Academia não reconhecem como saberes importantes à ciência; é ter a ousadia de dar visibilidade à pesquisa sobre a mulher preta em um espaço que não se reconhece como racista e produtor de desigualdades.

No contexto Amazônico, na Região Norte do País, o eco entre a mulher preta na Academia, a sua representação e identidade pode ser ainda mais evidente que em outras regiões do Brasil. Os valores, geralmente representados pelo lugar de fala, pelas posições privilegiadas de que se ocupam os oradores, estão viciados por uma tradição de caráter heteronormativo, eurocêntrico, patriarcal e, por isso, podem ser entendidos como valores machistas e sexistas que buscam deslegitimar o papel e a ação da mulher em todos os sentidos – e são mais agressivos ainda se a mulher for negra, originária de um estrato social não-burguês, logo, fora dos padrões socialmente aceitáveis pelo “não entendimento de humanidade universal”.

Entender as nuances e possíveis leituras do lugar em que escrevo, milito e vivo é fundamental para entender o alcance de conceitos como empatia, desigualdade, diversidade e diferença. Não quero e não me preenche mais debater a igualdade, mas o direito de celebrar e transbordar de sentido de humanidade a diversidade, que nos constitui e enriquece. Mas, para tanto, é preciso admitir que neste espaço a fala, as narrativas, a história das descendentes de mulheres escravizadas, vilipendiadas e reconstruídas a partir da liberdade que abriu os cadeados, mas, não libertou a alma, precisa ser conhecida, interpretada, disseminada.

A pauta a que tenho me dedicado é a compreensão de que a verdadeira emancipação se dará pelo entendimento de quais estratégias são utilizadas pelas pretas periféricas em sua luta cotidiana de resistir para existir com dignidade: entendo que a verdadeira abolição se dará pelo conhecimento do pensamento feminista preto em articulação com as epistemologias criadas na emergência e na urgência pelas pretas periféricas, suas associações, maternagens⁴ e coletivos.

Pensamento Feminista Preto como estratégia para assunção de direitos as mulheres periféricas

O conceito de feminismo preto está diretamente articulado a capacidade de interpretação de narrativas pela e para as mulheres pretas no entendimento de fenômenos e problemáticas não contemplados pelas pautas generalistas do feminismo. São temáticas como a saúde da mulher preta, direitos de reprodução, a solidão da mulher preta, o genocídio da juventude preta, o preconceito com a cultura produzida nas periferias, as estratégias desenvolvidas para gerar renda, valorizar a estética, proteger as crianças e criar redes de solidariedade que permitam ao avançar coletivo.

⁴ Conceito desenvolvido por bell Hooks (2016) para determinar as especificidades da maternidade entre as mulheres pretas.

Mas, este conhecimento produzido está chegando à escola e “empoderando” as meninas pretas? Estão mudando concepções no que tange a maneira que usam seus cabelos, ocupação de seus corpos, respeito por suas marcas ancestrais identitárias? O debate tem sensibilizado aos formuladores de políticas públicas e formação do agente público responsável por zelar pelo cumprimento destas políticas? Já não causa estranhamento meninas pretas noivas da quadrilha da festa junina? Não causa estranheza uma turma formada eminentemente de meninos e meninas pretas em uma escola particular da elite? Há escolas formadas majoritariamente por professores e professoras pretas, considerando que o povo preto brasileiro constitui 54% (mais da metade) dos brasileiros⁵? Em que patamar social e produtivo se encontram as mulheres pretas, considerando que deste quantitativo, mais da metade (aproximadamente 30%) são mulheres?

Assim, reporto seu lugar ao curso histórico milenar raras vezes explicitado na discussão sobre a opressão das mulheres nas sociedades periféricas multirraciais. Destaco a pertinência da articulação entre as categorias sociais raça e gênero na análise das desigualdades sociais, assumindo a implicação do racismo e do sexismo como formas de “consciências históricas”. Intimamente interligadas no curso da história, essas consciências históricas vêm produzindo múltiplas espécies de exclusões, hegemonias, subalternizações e resistências. Sugiro que a condição de escravizada ou subalternizada a que a mulher negra esteve submetida nos últimos séculos da história brasileira, num contexto social misógino e de estigmatização social, sobrepõe-se à memória histórica da mulher como protagonista nas sociedades africanas tradicionais. (BONFIM, 2009, pg.219 e 220)

Romper com este pacto inútil e ofensivo às mulheres, qual é imposto por uma parcela dominante de homens preocupados com a força da mulher, é tarefa urgente, de pautas específicas, quais ditarão o tamanho da nossa representação já entendida por nós como única, grande e fundamental. Neste ponto, faz-se necessário compreender que a ruptura com este pacto precisa ser a valorização do “we by we”, do “nós por nós”, das mulheres pretas pelas mulheres pretas; faz-se necessário compreender que estamos falando de uma relação de poder estabelecida, naturalizada, de garantias e privilégios perpetuados pelo ausência de melanina em algumas mulheres; quanto mais retinta, mais peso carregará na cadeia de opressão de maneira mais violenta e injusta.

⁵ Segundo o IBGE há no Brasil aproximadamente 208.000.000 de brasileiros. Ou seja, mais de 112 milhões de pessoas se autodeclararam pretas. (2018).

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulher estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência” (CARNEIRO, 2019, p. 314)

Portanto, escrevemos sobre uma superação necessária que se dará a partir da construção do nosso conhecimento coletivo, sendo este conhecimento aquele que expressará os nossos significados, as nossas histórias, o peso da nossa luta e os caminhos que nos estabilizarão. Haverá resistência, é claro, mas, deve haver mais esperança que medo.

O entendimento do feminismo preto enquanto movimento de empoderar mulheres para fortalecer famílias, neste sentido, avança a passos lentos na Academia na perspectiva de objetos e sujeito de pesquisas e entendimento do perfil multifacetado das mulheres que compõe a sociedade brasileira.

O feminismo que chegou à Academia ainda exclui uma parcela considerável de mulheres pobres e trabalhadoras das pautas a que se propõe debater. Estão fora do feminismo “acadêmico” o próprio direito de debater das mulheres trabalhadoras: os horários dos grupos de estudos, a carga de produção da pesquisa, exige um tempo que somada ao tempo dedicado para prover sua sobrevivência, inviabiliza participação. As meninas com os quais interajo em meu cotidiano não se sentiam pertencendo a categoria de feministas propagada pela cultura midiática: branca, heteronormativa, classe média. Reivindicavam estudos e temas que fizessem emergir suas necessidades, dissidências e construções antropológicas. A periferia não é universal: cada local organiza seu modo de dizer a palavra por meio de poesia, música, slam, gírias, em categorias que poderiam ser descritas como cartografias antropológicas territoriais. A periferia de Porto Velho, portanto, é muito diferente da periferia de São Paulo.

Vamos começar pensando sobre o trabalho, que é um verdadeiro problema de gênero. Não temos muito apoio filosófico para falar disso, pois poucas vezes os filósofos se preocupam em entender o lugar do trabalho na vida das mulheres. Foram as mulheres, sobretudo as feministas que tiveram a condição feminina, as que conseguiram transformar em tema de análise o trabalho das mulheres. [...] Ainda na infância, quando eu passava em frente à casa da professora e a via

limpando o local onde morava, a criança que eu era estranhava que fosse possível que a própria professora conseguisse estar na escola conosco e também fazer o serviço de casa, como minha mãe e outras mulheres que não eram professoras na escola. A jornada dupla de trabalho entre a escola e a casa estava ali, exposta aos meus olhos de menina. (TIBURI, 2018, p. 13,21)

Precisamos tornar o diálogo possível, mas não simplista, colocando as mulheres na condição de sujeitos e senhoras da resistência, que vêm ao longo do tempo histórico impondo suas pautas apesar da postura racista e sexista da academia, rompendo os muros da invisibilidade e legitimando esta produção sobre, para e com as mulheres negras.

Dar visibilidade a produção sobre e com mulheres negras, constitui na quebra de narrativas e construções históricas hegemônicas, corroborando assim, no processo de empoderamento de meninas e mulheres negras, afim de que sejam construídas narrativas coletivas e experienciadas a partir do lugar de onde falam: mulheres periféricas cujas pautas só interessam a Academia como objeto de estudos tem constituído estratégias de dar assunção e ascensão as suas crianças pretas. Costumo observar que quando uma mãe preta vai a uma escola reivindicar algo para sxs filhxs, todas as crianças daquela escola que sofrem por uma alguma forma de opressão que o racismo apresenta, de certa maneira são acolhidas e protegidas também. Mães Pretas e periféricas iniciaram uma revolução na saúde do povo por meio das reivindicações que redundaram na criação do SUS .

As Mulheres Pretas e periféricas foram organizando um feminismo que tinha texto, cor e contexto, e estava para lá das pautas de igualdade de salários, de direito ao trabalho, de divisão das tarefas domésticas. Até porque, para nós, Mulheres Pretas nada disto é novidade: em grande medida, foram as Pretas que se organizaram para garantir a sobrevivência, organizar espaços para moradia, buscar alternativas para a falta de alternativa.

Nas favelas, na beira dos Rios, nos Quilombos, nas portas das unidades prisionais, nos bailes da juventude preta, nos coletivos das universidades pós políticas pública de assunção a universidade pelo sistema de cotas, lá estarão as Pretas dando lição de resistência e resiliência, mesmo sem conhecer a semântica. Solidarizando-se na dor, na ausência e na falta. Liderando a resistência e fortalecendo quem ainda está mais fragilizada. Não é romantização das Mulheres Pretas: e reconhecimento de sua força. É passada a hora da ciência reconhecer e ratificar o conhecimento destas mulheres

colocando-os a serviço da organização de uma sociedade mais humana, inclusiva, justa e plural.

[uma] moradora [que] foi atuante na Associação de Mulheres contava que ela veio morar no morro do Exército, e isso mexia muito com a imaginação... o Exército não deixava fazer barraco no morro. Então, quando eles iam embora, eles botavam os paus e jogavam barro rápido; aí, lá dentro, eles tinham que botar uma jarrinha, pegava florzinha e botava...e eles olhavam, se já tivesse gente morando, eles não botavam abaixo. (Sonia em Mulher de Favela, 2018)

As Mulheres Pretas criaram estratégias para viver e sobreviver em uma sociedade que não se reconhece como racista, mas, sente estranhamento ao ver mulheres pretas em papel de liderança e fora dos espaços de subalternidade. O Feminismo Negro aprendeu com as Mulheres Pretas e Periféricas estratégias para reivindicar que privilégios fossem estendidos a todas as mulheres como direitos. O que era natural nas sociedades africanas mais evoluídas dos séculos XV e XVI, ainda causava/causa espanto no Brasil do começo do século XX (1907) e XXI (2018): mulheres pretas que liam/leem, escreviam/escrevem, faziam/fazem reflexões sobre sua própria condição social e tomavam/tomam decisões ombreadas com pais, irmão, maridos. Os homens eram companheiros na aventura da vida e não bedel de escola feminina: as bases do matriarcado africano eram muito fortes entre as famílias negras que não reconheciam regras que não as favoreceram/favorecem.

A Mulher Negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que os estigmatizam; por uma real inserção social, pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade, e contra a cidadania da terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero. Em outros estudos tenho defendido que os esforços organizativos das mulheres negras decorrem da insuficiência com que a especificidade da mulher negra é tratada tanto no movimento Feminista quanto no Movimento Negro, posto que não está estruturalmente integrada às concepções e práticas políticas desses dois movimentos sociais a perspectiva de que há sempre uma dimensão racial na questão de gênero e uma dimensão de gênero na questão étnico-racial. (CARNEIRO, 2019, pgs 168 e 169)

Mulheres, como comprovado pela literatura especializada, abrem mão da carreira a favor dos homens. Mulheres mudam de espaço, de sonho, de perspectiva a favor da família. Mulheres cuidam, zelam para manter tudo equilibrado ao redor e, muitas vezes, se necessário (e sempre é) cumprem duas, três jornadas de trabalho

cotidianamente para manter “tudo” sobre controle. O resultado mais perceptível deste contexto, por si só dificultador de tempos e espaços para a reflexão e dedicação que a pesquisa exige, é que entre os dez mais produtivos pesquisadores brasileiros, a partir do mensurar do fator de impacto, só se encontra uma única mulher ligada ao Centro de Genética da Universidade São Paulo. A Academia e suas exigências têm sido cada vez mais um espaço masculino. Se já é difícil para mulheres brancas, oriundas da classe média, acostumadas as rotinas e linguagens específicas e peculiares do espaço, o que dizer para mulheres negras, que vencendo as barreiras da condição social, de gênero e de raça, chegam no espaço, mas, em função da própria vulnerabilidade do percurso formativo ou por total indiferença aos temas que pesquisam, tornam-se invisíveis e simplesmente estão nos espaços, mas não encontram espaço de o seu dizer, para seu saber?

Mas, algumas Pretas “Abusadas” têm estourado os cadeados racista e sexista da Academia e desafiado a interseccionalidade determinista no que tange a mulher preta: suas pautas e estudos estão sendo sacralizadas por meio da ascensão e assunção da juventude preta e periférica aos espaços de poder. Vai ter Mulher Preta, Periférica e fora dos padrões doutora reconhecida sim. As pioneiras vieram antes corroborando a importância de nos voltarmos aos fundamentos do Matriarcado Africano para fortalecermos as estruturas que façam valer a máxima de que “uma sobe e puxa a outra”.

Para empretecer e feminilizar a academia

A Academia é branca, masculina e elitizada: os temas financiados pelos órgãos de fomento ou, mesmo pela iniciativa privada, não são temas a que se dedicam as mulheres indígenas, negras, ribeirinhas e quilombolas: estas cientistas pesquisam a partir de seu “lugar de fala”. Pesquisam para buscar abrir caminhos para que outras e outros, vindos dos mesmos espaços, possam encontrar sinaleiros indicando possibilidades. Suas pesquisas parecem não interessar porque apresentam o lugar de fala dos oprimidos de todos os tempos, seus saberes, sua cultura, seu olhar sobre espaços “sacros” do conhecimento.

O racismo estrutural é outro grande tema, que por causar desconforto, pouco ou nada se faz presente nas discussões acadêmicas: o que se ouve entre as mulheres negras que conseguem estourar os cadeados que as separam do “olimpico” eurocêntrico, velho e masculino ambiente acadêmico não lhes garante lugar e tempo de fala. As narrativas das

pesquisadoras pretas são de uma invisibilidade institucional injusta: ter acesso as boas instituições, falar mais de um idioma, compartilhar pesquisa com interlocutores externos e ter passado por sucessivos testes não garantem linearidade na conquista e assunção no reconhecimento acadêmico.

A dolorosa herança da exclusão por conta da descendência ancestral das pessoas escravizadas (e “libertadas” sem terras, sem escolarização, sem dinheiro, sem casa, sem nada) é machucado exposto sem curativo. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Sem políticas públicas e cuidados que garantissem as nossas tataravós condições dignas de sobreviver. E, como se manifesta hoje? Por meio da desigualdade social e marginalização.

As mulheres pretas acadêmicas ainda sofrem por esta falta de reparação: não raro, são as únicas em salas de cursos de idioma, são únicas nas salas de aula das instituições renomadas de ensino superior, são as únicas nos cursos de mestrados e doutorados. São olhadas com misto de estranhamento, desejo de distanciamento e objetificação. As máximas se manifestam por meio de toques não autorizados no cabelo, interrupção de suas narrativas pretas que causam desconforto por professores brancos, dificuldade em ter seus temas validados, falta de representatividade e de outros e outras nos mesmos espaços e até dificuldade de construir relações afetivas.

O racismo estrutural, tão presente na cultura brasileira, naturalizado em pequenas doses no dia e dia e mascarado sobre a égide da falsa democracia e boa convivência entre raças (tenho um amigo preto, minha babá é negra, tive uma amiga no inglês com o cabelo igual ao seu) continua fazendo como suas maiores vítimas as meninas pretas. Sendo a estética, as narrativas, os cotidianos de meninas pretas desconsiderados e apequenados, faz com que se envergonhem de ser quem são e desistam de avançar. Em outras palavras, que se conformem com o destino possível e não escolhido.

Por qualquer ângulo analisado, a situação não é melhor e nem mais alvissareira: a mulher preta estuda e trabalha cada vez mais, mas em alguns espaços geográficos chega a ganhar 60% da remuneração de um homem branco. Na pirâmide de salários, em primeiro lugar vêm homens brancos, mulheres brancas, homens pretos e, por último, mulheres pretas, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA. Os números disponibilizados pela ANCINE/Agência Nacional de Cinema, mostram que entre as 219 produções audiovisuais de maior bilheteria realizadas entre 1995/2016 no

País, em nenhuma há mulheres pretas na direção ou roteiro. Nenhuma protagonista. Nossas histórias não merecem ser contadas?

Mas, os dados desfavoráveis não param de emergir: sessenta e três por cento dos óbitos por complicações na gravidez são de mulheres pretas. Não há nenhuma pesquisa em curso para coletar dados sobre os motivos pelos quais acontecem e quais as medidas são necessárias para estancar este genocídio. Há mais mulheres pretas vítimas de violência doméstica e feminicídio. Mulheres pretas seguem resistindo por teimosia e necessidade.

Entre as dez mulheres mais lidas na literatura nacional, em qualquer gênero, não há uma única mulher preta. A Academia Brasileira de Letras nunca teve uma mulher preta entre seus imortais. Entre os dez romances/ escritores mais importantes do Século XX no Brasil, em levantamento realizado pela revista Bula em 1999, só havia uma única mulher, branca e representante das grandes oligarquias que renderam a elite financeira senhores de engenho em primeira geração, advogados na segunda, políticos na terceira e intelectuais libertários, em mutação genética provavelmente: Clarice Lispector e seu romance de ruptura com o estabelecido na década de 1950, *A Paixão segundo G.H.*

A teoria do empoderamento feminino, interpretada de maneira enviesada, afeta sobremaneira todas as mulheres. Mas, afeta de maneira exponencial a mulher preta. Porque, quando consegue transpor o muro da invisibilidade, é a única no clube, nas reuniões de departamento, nas festas dos clubes fechados, nas primeiras poltronas dos aviões, nos voos internacionais, no encontro de companheiros/as. Não excepcionalmente, têm seu sacrifício pessoal e familiar para avanços, diminuídos e utilizados para justificar uma “meritocracia” individualista e falsa. Porque o próprio conceito de empoderamento traz em si a ideia de coletivo. O projeto de poder/para o poder é sempre realização coletiva de um grupo, em favor de um coletivo. Ninguém se auto empodera para se tornar celebridade, para alçar cargos e funções para benefício próprio. O conceito de empoderamento está ligado diretamente ao conceito de representatividade. O empoderamento das mulheres pretas neste sentido, como nos alerta Berth, é:

A síntese do poder a ser desenvolvido no processo de empoderamento ressignificado pelas diversas teorias do Feminismo Negro e Interseccional. Diferentemente do que propuseram muitos dos seus teóricos, o conceito de

empoderamento é instrumento de emancipação política e social e não se propõe a “viciar” ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos, tampouco traçar regras homogênea de como cada um pode contribuir e atuar para a luta dentro dos grupos minoritários. Empoderar, dentro das premissas sugeridas é, antes de mais nada, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da história. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate a banalização e esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social. (BERTH, 2018, P.14; 16).

No Brasil, empoderar é um neologismo que tem como intenção explicar o fenômeno específico das minorias representadas por um sujeito, com lugar de fala e espaço nas grandes mídias, que defende uma causa social importante para o equilíbrio e avanços. Nada nos parece traduzir melhor as intenções de empoderamento do que as ações desenvolvidas pelas/sobre a liderança de mulheres pretas nos espaços periféricos do país, dos estados e das cidades brasileiras. Ouso afirmar que, não fosse o ativismo estabelecido a partir da solidariedade, do compartilhamento e da intuição sobre direitos, a situação destes espaços estaria ainda pior.

Considerações e provocações para não encerrar ao debate

Angela Davis, feminista negra estadunidense, em conferência na Universidade Federal da Bahia, alerta para o fato de que as mulheres brancas das classes média e alta, querem suas companheiras trabalhadoras nos debates sobre empoderamento feminino. Desde que a roupa esteja passada, a louça do almoço lavada e as crianças acomodadas em suas infâncias privilegiadas. E quem cuidará para que isto aconteça? A mulher preta. Então, o que se percebe é que a mulher preta é muitas vezes objeto de estudo, sem ter seu lugar de fala assegurado.

Preciso se faz coletar dados, mensurar projetos, denunciar o cotidiano opressivo por um lado e, por outro, rearticular os fios da memória da construção do pensamento científico, sobre uma perspectiva preta, do entendimento a opressão de raça, gênero e classe. De quem contribuiu na organização da história e não pode contar sua versão.

O matriarcado africano, sinônimo de fortaleza e resistência para a família, e a partir da família para o coletivo, em franca oposição ao patriarcado europeu que priorizava o fortalecimento da hegemonia masculina, é a minha referência primeira para concretizar uma proposta de feminismo preto. Não se pretende aqui enfraquecer aos

homens ou a necessidade dos temas masculinos e brancos em disputa de espaço para reconhecimento acadêmico: a masculinidade tóxica preta ou branca, ainda é causa de tragédias femininas como a violência doméstica, o feminicídio e um fenômeno recente, o suicídio de homens pretos. Portanto, nos parece um tema em articulação aos estudos feministas pretos. Não se trata de militar em campos opostos.

Não é disputa: é necessidade de obter visibilidade para permitir que meninas e meninas pretas avancem no seu direito de dizer a palavra, conhecer e contar sua história, falar de suas necessidades e pesquisar sobre temáticas que lhes são caras. Sobretudo, as meninas pretas precisam de referências de outras que vieram à frente debatendo a estética, o poder da mulher, a sexualidade, a formação e até mesmo (por que não?) a solidão da mulher preta.

O destino escolhido precisa pautar os sonhos da juventude periférica, preta e pobre herdeira do descaso e do racismo institucional desde o período de escravidão. Tem lhes sido negado há mais de quinhentos anos o direito a alteridade, ao conhecimento de sua história, de professar sua fé e viver sua cultura. Aliás, tem lhes sido o direito de viver a cidadania plena pela negação ao conhecimento escolar de fato.

Reafirmo minha convicção de que o conhecimento produzido nas periferias das cidades por mulheres que se recusam a se resignar tem sido, em grande medida, o grande foco de resistência a invisibilidade e descaso do Estado brasileiro. A cada vez que surge um ponto de injustiça, uma jovem tem seus sonhos interrompidos pelo racismo ou um jovem preto “tomba” pelas balas perdidas que só encontram os jovens corpos pobres e pretos, estas mulheres se levantam, crescem e lutam. A mim parecem sempre prontas ao bom combate. Não vencem sempre. Mas, isto não as impedem de lutar.

Para elas, Mulheres Fortes, Pretas e Periféricas, o Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde criou o bordão do SLAM das Pretas, Pobres e Periféricas. Concluo esta reflexão com ele, que mais do que bordão, é profissão de fé que a epistemologia das pretas vai nos indicar caminhos e fazer a revolução para a verdadeira abolição: pelas canetas.

“É DAS PRETAS, É DOS POBRES É DA PERIFERIA”

REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. O que é empoderamento. MG: Letramento, 2018

BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. IN: NASCIMENTO, Elisa Larkin. AFROCENTRICIDADE. Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. 1ª edição. Bontempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. IN: Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais. Heloisa Buarque de Holanda (org.). Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Culturalismo e Contracultura. IN: Cadernos de Formação Sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira.

PINTO, Ana Flávia Magalhães Pinto. Imprensa Negra no Brasil do Século XIX. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SANTOS, Gevanilda. Relações Raciais e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro.2009.

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum para todas, todes e todos. 8ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.